



**MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIMISTRAÇÃO**  
**COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO E INGRESSO**

**CONCURSO PÚBLICO PARA**  
**AGENTE FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL**

**PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS**  
**ESPECÍFICOS E PROVA DE REDAÇÃO**

**2012**

 **FMP** | **Concursos**

Prezado(a) Candidato(a):

Você está recebendo um caderno com a **Prova Objetiva** e uma **Folha de Respostas**. Leia, com a máxima atenção, as instruções abaixo.

Quanto ao **Caderno de Prova**:

**O presente caderno contém 80** questões de múltipla escolha.

Confira cuidadosamente o material que lhe foi entregue e verifique se ele está completo e legível.

Caso contrário, solicite ao fiscal da sala outro Caderno de Prova.

Cada questão oferece 5 (cinco) opções de resposta, representadas pelas letras **A, B, C, D e E**. Somente uma das opções é correta.

Iniciada a prova, não faça mais perguntas. A interpretação das questões é parte integrante da prova.

Quanto à **Folha de Respostas**:

A Folha de Respostas é personalizada e parte integrante desta prova.

Confira seu nome e número de inscrição. Caso haja alguma incorreção, comunique ao fiscal de sala.

Aponha sua assinatura no local indicado.

O preenchimento correto da Folha de Respostas é da inteira responsabilidade do candidato.

Para cada um das questões, preencha, obrigatoriamente, na folha de respostas, somente **uma** das opções (**A, B, C, D, e E**).

As respostas das questões na Folha de Respostas devem ser totalmente preenchidas, com caneta azul ou preta, suficientemente pressionada e de acordo com o modelo: 

**Qualquer assinalação diferente será passível de anulação.**

Não serão consideradas as respostas duplas ou em branco.

Não amasse e não dobre a folha de respostas.

Ao término da prova, entregue sua Folha de Respostas ao fiscal da sala, bem como a folha de redação.

O tempo de duração da prova é de **cinco** horas, incluindo a leitura das instruções, a resolução das questões, o preenchimento da Folha de Respostas e a Redação.

Não será permitida a saída da sala de aula antes de transcorrido o tempo mínimo de uma hora e trinta minutos de seu início.

Durante as provas, não será permitido:

**a)** o uso de corretivos de nenhuma espécie;

**b)** qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem posse ou uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (*bip*, telefone celular, relógios digitais, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares, óculos escuros, bonés, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações. (item 3.8 do edital).

O candidato poderá sair com o caderno de questões somente após três horas e meia do início da prova.

**BOA PROVA!**

## DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

1 - As Constituições possuem supremacia formal e material. Em relação a elas é correto afirmar que

- (A) a primeira não se aplica a constituições costumeiras.
- (B) da segunda decorre a regra da rigidez.
- (C) a primeira diferencia-se da segunda por estar ligada às concepções sociológicas da Constituição.
- (D) a distinção entre leis ordinárias e leis constitucionais resulta da rigidez constitucional, que, por sua vez, é consequência da supremacia formal.
- (E) a primeira é sustentável apenas do ponto de vista sociológico.

2 – Os limites ao poder de reforma constitucional são

- (A) temporais, circunstanciais e materiais.
- (B) fáticos, concretos e materiais.
- (C) circunstanciais, jurídicos e soberanos.
- (D) temporais, jurídicos e soberanos.
- (E) circunstanciais, jurídicos e temporais.

3 - Sobre as Constituições do Brasil, somente uma das alternativas abaixo pode ser considerada correta. Assinale-a.

- (A) A Constituição de 1824 previa a tripartição de poderes tipicamente prevista pelo mecanismo de *checks and balances* nela contida.
- (B) A Constituição de 1891 negou a influência americana em sua concepção.
- (C) A Constituição de 1937 instaurou o voto feminino em solo brasileiro.
- (D) A Constituição de 1946 não seguiu o processo de engenharia constitucional denominado de Assembleia Constituinte.
- (E) A proliferação dos Atos Institucionais foram um dos principais fatores da necessidade de elaboração da Constituição Federal de 1967.

4 – Assinale a afirmativa correta em relação ao controle de constitucionalidade brasileiro.

- (A) Confere a todos os juízes a possibilidade de processar e julgar ações diretas de inconstitucionalidade.
- (B) Estabelece que a declaração de inconstitucionalidade, na via indireta, resulta em revogação da lei.
- (C) Concentra no Supremo Tribunal Federal as manifestações e as análises de inconstitucionalidade em casos concretos.
- (D) Não adota a modalidade política.
- (E) Autoriza, exclusivamente, o Procurador-Geral de Justiça a propor ação direta de inconstitucionalidade na modalidade interventiva estadual.

5 - São caracteres dos direitos fundamentais:

- (A) historicidade, inalienabilidade, positividade e autoexecutividade.
- (B) historicidade, inalienabilidade, imprescritibilidade e irrenunciabilidade.
- (C) inalienabilidade, irrenunciabilidade, auto-executividade e positividade.
- (D) imprescritibilidade, irrenunciabilidade, positividade e autoexecutividade.
- (E) historicidade, irrenunciabilidade, positividade e auto-executividade.

6 - É objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

- (A) a cidadania.
- (B) a dignidade da pessoa humana.
- (C) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (D) a prevalência dos direitos humanos.
- (E) o pluralismo político.

7 - Ao brasileiro nato é reservado o acesso a alguns cargos. Um deles é o de

- (A) Senador da República.
- (B) Deputado Federal.
- (C) Oficial das Forças Armadas.
- (D) Ministro do STJ.
- (E) Governador de Estado.

**8 -** Pode o Estado intervir em Município quando

- (A) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
- (B) houver a necessidade de manutenção do território estadual.
- (C) não se cumprir decisão proveniente da Justiça Estadual.
- (D) for preciso reorganizar as finanças da cidade.
- (E) houver desobediência às ordens do Executivo Estadual.

**9 -** No que diz respeito ao processo legislativo, é correto afirmar que

- (A) as emendas constitucionais possuem rito semelhante ao da revisão constitucional.
- (B) as leis delegadas alcançam as questões de nacionalidade.
- (C) as leis complementares são aprovadas por maioria relativa.
- (D) as medidas provisórias não podem atingir a organização do Ministério Público.
- (E) a iniciativa popular é admitida em projetos de lei de caráter tributário.

**10 -** Dentre os princípios gerais da atividade econômica previstos na Constituição Federal de 1988, encontra-se:

- (A) o desenvolvimento da nação.
- (B) a defesa do meio ambiente.
- (C) a exploração responsável do meio ambiente.
- (D) o tratamento igualitário entre as empresas.
- (E) a maximização do lucro.

**11 -** Considere as seguintes afirmações acerca da organização administrativa brasileira.

- I – Aplicam-se às autarquias o regime jurídico de direito público, tendo em vista que elas exercem atividade tipicamente administrativa.
- II – As organizações sociais integram a administração pública indireta do Poder Público com a qual firmam contrato de gestão.
- III – As empresas públicas e as sociedades de economia mista que atuam sob o regime concorrencial podem usufruir de benefícios fiscais não reconhecidos ao setor privado.
- IV – O consórcio público instituído pela Lei Nº 11.107, de 06/04/2005, poderá adquirir personalidade jurídica de direito público ou de direito privado.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- (A) I, II e IV.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV

**12 -** Com relação ao regime jurídico aplicado aos entes da administração pública indireta, assinale a opção que contém entidade à qual se aplica regime jurídico de direito privado.

- (A) Autarquia.
- (B) Organização social.
- (C) Agência reguladora.
- (D) Entidade de fiscalização de exercício profissional.
- (E) Empresa pública.

**13 -** A ordem jurídica confere à Administração Pública um conjunto de privilégios e prerrogativas que são exercidos a partir do reconhecimento de determinados poderes administrativos. Com relação a esses poderes administrativos, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Poder de Polícia é vinculado, não havendo espaço para o exercício da razoabilidade e proporcionalidade.
- (B) O Poder Hierárquico pode ser aplicado ao cidadão que não possui vínculo de subordinação com o Poder Público.
- (C) O regular exercício do Poder Disciplinar pressupõe assegurar ao servidor público o direito de defesa.
- (D) O ato administrativo editado em sede de Poder Vinculado não pode ser examinado pelo Poder Judiciário.
- (E) No exercício do Poder Regulamentar, o agente público está autorizado a inovar na ordem jurídica.

**14 -** Com relação ao regime jurídico aplicado aos atos administrativos, assinale a opção correta.

- (A) A presunção de legitimidade do ato administrativo transfere para o seu destinatário a necessidade de desconstituí-la, caso pretenda tornar sem efeito o conteúdo do ato.
- (B) A autoexecutoriedade do ato administrativo deve ser flexibilizada por ocasião do exercício do Poder de Polícia.
- (C) O conteúdo jurídico do atributo da imperatividade do ato administrativo permite que, juridicamente, ele se aproxime do ato de direito privado.
- (D) A motivação, no ato administrativo discricionário, não pode ser exercida com a indicação do fundamento legal aplicado ao caso.
- (E) Pela sua natureza jurídica, os atos administrativos que possuem prerrogativas de império não podem ser objeto de exame pelo Poder Judiciário.

**15 -** Relacionado ao motivo do ato administrativo, doutrina e jurisprudência desenvolveram a *teoria dos motivos determinantes*. O conteúdo dessa teoria permite concluir:

- (A) que, na esfera administrativa, é lícito à Administração Pública utilizar uma justificativa para a prática de determinado ato administrativo e se valer de outra justificativa na esfera judicial.
- (B) que não se aplica aos atos administrativos discricionários em razão da utilização de expressões que admitem mais de um significado.
- (C) que não se aplica para os casos em que a lei não exija motivação do ato administrativo.
- (D) que é lícita a revogação de ato administrativo que foi editado com vício de legalidade.
- (E) que a validade do ato se vincula aos motivos indicados como seu fundamento, de tal modo que, se inexistentes ou falsos, implicam a sua nulidade.

**16 -** João Paulo presta serviços para um órgão municipal por intermédio de uma empresa contratada. Para facilitar o acesso de um idoso à repartição pública, João Paulo foi estacionar o veículo que o idoso estava dirigindo. No momento da manobra, atinge um poste de iluminação pública, causando sérias avarias ao veículo do idoso. Com relação à responsabilidade civil do Município, assinale a afirmativa correta.

- (A) Por ser empregado de uma empresa contratada, o Município não tem qualquer responsabilidade em relação ao idoso.
- (B) A empresa contratada não tem qualquer responsabilidade, uma vez que não havia previsão contratual para que seus empregados prestassem esse tipo de serviço.
- (C) Em caso de ação judicial de reparação de danos a ser proposta pelo idoso, aplica-se a teoria da responsabilidade civil subjetiva, decorrente da culpa.
- (D) João Paulo se enquadra na expressão *agente* contida na norma do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal.
- (E) Em caso de condenação judicial, o Município não tem direito de regresso em razão da condição de contratado de João Paulo.

**17 -** O regime jurídico instituído pela Lei Nº 8.987, de 13/02/1.995, com relação à concessão e permissão de serviços públicos, permite afirmar:

- (A) que a interrupção na prestação de serviço por inadimplemento do usuário caracteriza descontinuidade do serviço.
- (B) que não se aplica, como direitos e obrigações dos usuários, o disposto na Lei Nº 8.078, de 11/09/1.990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor).
- (C) que a encampação pode ocorrer por motivo de interesse público devidamente justificado, mediante decreto do titular do Poder concedente.
- (D) que, extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.
- (E) que o princípio da modicidade das tarifas não permite que exista diferenciação das tarifas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.

**18** - A Lei N° 8.987, de 13/02/1.995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, prevê direitos e obrigações em relação aos usuários e encargos do Poder Concedente e da Concessionária. Assinale a alternativa que não contempla nenhuma dessas situações.

- (A) O usuário tem direito de receber do poder concedente e da concessionária informações para a defesa de interesses individuais ou coletivos.
- (B) O usuário tem a obrigação de comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela concessionária na prestação do serviço.
- (C) A concessionária não está legitimada a promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente, conforme previsto no edital e no contrato.
- (D) Incumbe ao poder concedente regulamentar o serviço concedido e fiscalizar permanentemente a sua prestação.
- (E) Incumbe ao poder concedente zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, que serão cientificados, em até trinta dias, das providências tomadas.

**19** - Com relação aos princípios que regem a Administração Pública, considere as seguintes assertivas:

- I – O princípio da legalidade tem superioridade frente aos demais princípios que regem a Administração Pública.
- II – Tendo em vista o seu conteúdo, o princípio da supremacia do interesse público deverá preponderar em todas as situações.
- III – O princípio da impessoalidade vem ao encontro da Súmula Vinculante N° 13 do Supremo Tribunal Federal, que veda a prática do nepotismo.
- IV – O princípio da publicidade tem a finalidade de propiciar o exercício do controle dos atos e contratos administrativos por parte da sociedade.

Estão corretas:

- (A) I, III e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) II e III.

**20** - O artigo 37 da Constituição Federal disciplina a Administração Pública. Com relação ao seu conteúdo, assinale a afirmativa correta.

- (A) Aplica-se à administração direta e indireta e a todos os poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (B) Não permite a prorrogação do prazo de validade de concurso público.
- (C) Mediante decreto o Poder Executivo, estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.
- (D) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos não se estende às empresas públicas e sociedade de economia mista.
- (E) Somente por lei específica poderá ser criada empresa pública.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

**21**- Quanto ao conceito de tributo, espécies tributárias e seu regime jurídico, assinale a alternativa correta.

- (A) O tributo pode ser instituído como sanção de ato ilícito quando o legislador resolve definir como fato gerador uma situação ilegal.
- (B) O tributo tem de ser instituído por lei, em sentido estrito, mas seu lançamento e sua cobrança constituem atos discricionários da autoridade fiscal.
- (C) Também constituem tributo obrigações compulsórias de prestar serviço instituídas em favor da Administração.
- (D) O rol das espécies tributárias constantes do art. 5º do Código Tributário Nacional (CTN) e repetido no art. 145 da CF é taxativo: são tributos apenas impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- (E) A contribuição de iluminação pública municipal tem natureza jurídica de tributo, sendo que eventual alteração na norma tributária impositiva definida pela lei municipal instituidora depende também de lei em sentido estrito e da observância das garantias da irretroatividade e das anterioridades de exercício e nonagesimal.

**22** - Quanto à reserva de lei complementar em matéria tributária e sobre a LC 123/2006, em sua redação atualmente vigente, assinale a alternativa correta.

- (A) Cabe à lei complementar imunizar as microempresas e as empresas de pequeno porte relativamente ao pagamento de tributos.
- (B) Cabe à lei complementar definir tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, podendo instituir também regime único de arrecadação dos impostos e contribuições, regime esse opcional para o contribuinte e para os Municípios.
- (C) O regime diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte instituído pela LC 123/2006 abrange diversos tributos federais, estaduais e municipais, mas não o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS –.
- (D) Para fins de enquadramento no regime estabelecido pela LC 123/2006 – Simples Nacional –, só pode ser considerada microempresa a que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).
- (E) A LC 123/2006, embora inclua o ISS no Simples Nacional, reserva a competência para fiscalizar o cumprimento das obrigações principais e acessórias relativas a tal regime exclusivamente à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**23** - Quanto à garantia da legalidade tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) A atualização da base de cálculo do IPTU depende sempre de lei em sentido estrito, não sendo válida eventual delegação que a lei municipal faça ao Executivo para que proceda a tal atualização, ainda que a própria lei estabeleça o indexador a ser utilizado.
- (B) A definição do prazo para recolhimento do tributo (vencimento) não depende de lei em sentido estrito, podendo ser feita por ato administrativo normativo, mesmo se o legislador ordinário definir o prazo na própria lei, hipótese em que o Executivo poderá alterá-lo livremente.
- (C) O Código Tributário Nacional dispõe no sentido de que a obrigação tributária acessória decorre da "legislação tributária" e considera compreendido nessa expressão também as normas complementares que versem sobre tributos e relações jurídicas a ele pertinentes, dentre as quais os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.
- (D) A garantia da legalidade tributária constitui uma limitação ao poder de tributar que tem como escopo principal concretizar o princípio da isonomia em matéria tributária.
- (E) A legalidade tributária constitui simples transposição, para o campo tributário, da legalidade geral estampada no rol dos direitos e garantias individuais, não ostentando conteúdo adicional que permita considerá-la mais rígida ou qualificada, a ponto de considerar-se que implique reserva absoluta de lei.

**24** - Quanto às garantias de irretroatividade e da anterioridade tributárias, assinale a alternativa correta.

- (A) A irretroatividade e as anterioridades constituem limitações ao poder de tributar que concretizam a segurança jurídica em matéria tributária.
- (B) A Constituição exige que a lei tributária instituidora ou majoradora de tributos observe a irretroatividade e as anterioridades de exercício e nonagesimal, mas também estabelece rol de exceções à irretroatividade e às anterioridades.
- (C) A irretroatividade tributária impede a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes da publicação da lei que os houver instituído ou aumentado.
- (D) A vedação a que os tributos sejam cobrados antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou (art. 150, III, c, da CF) não é aplicável às espécies tributárias em geral, mas tão-somente às contribuições de seguridade social.
- (E) A fixação da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU – consta tanto no rol de exceções à anterioridade de exercício como no rol de exceções à anterioridade nonagesimal.

**25 -** Quanto às limitações constitucionais ao poder de tributar, assinale a alternativa correta.

- (A) A imunidade recíproca, que impede os entes políticos de instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros, é aplicável a todos os impostos que possam comprometer seus patrimônios, rendas e ou serviços, alcançando, até mesmo, o imposto sobre operações financeiras.
- (B) A imunidade recíproca aproveita tanto aos entes políticos como às suas autarquias e às fundações que instituíam e mantinham; às empresas públicas e às sociedades de economia mista, diversamente, jamais se poderá reconhecer imunidade, ainda que prestadoras de serviço público sob regime de monopólio, sem disputa de mercado com empresas privadas.
- (C) A imunidade das instituições de educação sem fins lucrativos abrange impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- (D) A Constituição veda à União instituir isenções de tributos da competência dos Municípios, o que impede a própria República Federativa do Brasil de estabelecer isenção por tratado internacional.
- (E) A Constituição veda à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Município, mas não proíbe os Municípios de estabelecerem diferença tributária entre bens e serviços em razão da sua procedência ou destino.

**26 -** Quanto aos tributos da competência dos Estados e aos da competência dos Municípios, bem como quanto à repartição de receitas tributárias, assinale a alternativa correta.

- (A) A tributação dos serviços de qualquer natureza é da competência exclusiva dos Municípios, não havendo possibilidade de os Estados tributarem a prestação de serviços, sob pena, em qualquer hipótese, de invasão da competência municipal.
- (B) Embora o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural seja tributo da competência da União, a Constituição permite que seja fiscalizado e cobrado pelos Municípios que assim optarem, sendo que, nessa hipótese de opção, lhes caberá a metade do produto da arrecadação de tal imposto relativamente aos imóveis neles situados.
- (C) Os Municípios têm competência para instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de regime previdenciário próprio, com alíquota não inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União, mas não há autorização constitucional para a instituição, pelos Municípios, de contribuição para manutenção de sistemas de assistência à saúde dos servidores municipais.
- (D) A União e os Estados estão impedidos de condicionarem a entrega dos recursos que, na repartição de receitas tributárias, pertençam aos Municípios o pagamento dos créditos de suas respectivas autarquias.
- (E) A distribuição da parcela de recursos arrecadados no âmbito do Simples Nacional que pertença ao Município poderá ser condicionada ao pagamento dos créditos das autarquias da União e dos Estados.

**27 -** A lei tributária, via de regra, é prospectiva, mas o CTN prevê a aplicação da lei a ato ou fato pretérito em determinados casos. Assinale a alternativa correta em que há tal determinação de aplicação retroativa.

- (A) Quando, tratando-se de ato não definitivamente julgado, deixar de definir determinado ato como infração e quando lhe cominar penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo da sua prática.
- (B) Quando se qualificar como lei interpretativa, ainda que, em verdade, altere o regime jurídico vigente.
- (C) Quando reduzir a alíquota dos tributos.
- (D) Quando ampliar os casos de incidência tributária para situações que, por analogia, já poderiam atrair a incidência da norma tributária impositiva anteriormente vigente.
- (E) Quando reduzir a base de cálculo dos tributos calculados sobre o valor venal do bem ou sobre o valor da operação.

**28 -** A obrigação tributária, conforme o CTN, é principal ou acessória. A respeito da obrigação acessória, assinale a alternativa correta.

- (A) Tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, estabelecidas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos a outra pessoa que não o contribuinte, envolvendo a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal a ser praticado exclusivamente por terceiro.
- (B) Tem autonomia relativamente à obrigação principal, tanto que a exclusão do crédito tributário pela isenção não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias correlatas.
- (C) É a que tem por conteúdo o pagamento de correção monetária, juros e multas.
- (D) Segue sempre a principal; indevido o tributo, também são indevidas as obrigações acessórias correlatas.
- (E) É qualquer obrigação que não tenha por objeto o pagamento de tributo.

**29.** No capítulo relativo ao sujeito passivo, o CTN trata, dentre outros temas, da solidariedade; já a responsabilidade tributária é tratada no capítulo seguinte. Assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade tributária dos terceiros é presumidamente solidária, a menos que a lei que a estabelece disponha em sentido contrário.
- (B) Em todos os casos de solidariedade, é permitido que o Fisco exija o crédito do contribuinte e, somente no caso como de frustração da execução judicial contra o ele, então exija também de um terceiro responsável.
- (C) Tendo as pessoas interesse comum na situação que constitua o fato gerador ou sendo expressamente designadas por lei como solidárias, sua solidariedade não comporta benefício de ordem.
- (D) Havendo solidariedade, a isenção exonera todos os obrigados, ainda que outorgada pessoalmente a um deles, porquanto são solidariamente obrigados pela mesma dívida.
- (E) Não obstante o vínculo de solidariedade, a interrupção do prazo prescricional só ocorre, para cada obrigado, quando tenha ele próprio sido pessoalmente citado na execução fiscal.

**30 -** Uma das hipóteses de responsabilidade tributária estabelecidas pelo CTN é a dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado. A respeito, é correto afirmar que

- (A) a responsabilidade do sócio-gerente é decorrência automática do inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade.
- (B) a mera condição de sócio é insuficiente para gerar a responsabilidade, exigindo-se que o sócio atue com poder de gestão e que, nessa qualidade, tenha praticado atos com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.
- (C) a falência é exemplo de ilícito que, por si só, implica a responsabilidade dos sócios.
- (D) o fato de a empresa deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, conforme a jurisprudência do STJ, não implica presunção de dissolução irregular a ponto de legitimar o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- (E) a lei ordinária pode estabelecer a solidariedade incondicionada do sócio de sociedade limitada pelos débitos tributários da empresa, desde que o faça de modo expresso.

**31 -** O CTN traz seção específica sobre a responsabilidade dos sucessores. Sobre as normas dela constantes, assinale a alternativa correta.

- (A) Para que os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, não se subroguem na pessoa dos adquirentes da propriedade imobiliária é indispensável que conste do título a prova de sua quitação.
- (B) Só está prevista responsabilidade tributária para os adquirentes de propriedade imobiliária.
- (C) O adquirente de bens móveis não é pessoalmente responsável pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos.
- (D) Na sucessão hereditária, responde o sucessor com todo o seu patrimônio.
- (E) A pessoa que adquirir de outra fundo de comércio ou estabelecimento só responde pelos tributos relativos ao fundo se continuar a respectiva exploração sob a mesma razão social.

**32 -** Considerando-se os dispositivos do CTN que dispõem sobre a denúncia espontânea, assinale a alternativa correta.

- (A) É entendimento jurisprudencial consolidado que a denúncia espontânea só afasta a responsabilidade relativamente às multas de ofício.
- (B) Para que restem afastadas as multas, é mister que o tributo devido seja pago integralmente e com juros, não sendo suficiente a simples confissão da dívida, acompanhada do seu pedido de parcelamento.
- (C) O benefício da denúncia espontânea aplica-se aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados quando o pagamento posterior, atrasado, seja realizado antes de qualquer ato de cobrança promovido pelo fisco.
- (D) A denúncia espontânea afasta a responsabilidade por quaisquer multas, seja moratória, de ofício ou isolada, ainda que a infração punida configure descumprimento de obrigação acessória.
- (E) O benefício da exclusão da responsabilidade pela denúncia espontânea exige a apresentação de confissão de dívida ao fisco através de documento com o timbre da empresa contribuinte, em duas vias, com reconhecimento de firma pelo tabelião.

**33** - O cumprimento de obrigações acessórias pelo contribuinte, quando implique declaração reconhecendo a existência de débito tributário, tem efeitos importantes em favor do fisco. Assinale a alternativa correta.

- (A) A declaração do débito impede o curso da decadência mesmo quanto a eventuais diferenças não declaradas que tenham de ser objeto de lançamento de ofício.
- (B) A declaração do débito pelo contribuinte facilita a fiscalização tributária, não dispensando, contudo, o lançamento do respectivo crédito, porquanto o lançamento é o único modo de constituição do crédito tributário e é ato privativo da autoridade tributária.
- (C) Uma vez reconhecido débito fiscal mediante declaração do contribuinte, o CTN proíbe sua retificação.
- (D) A declaração em que reconhecido débito tributário, por ser ato do próprio contribuinte, com efeito de confissão, impede a discussão judicial sobre a existência da obrigação e do respectivo crédito.
- (E) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do Fisco.

**34** - O CTN disciplina diversas modalidades de lançamento: de ofício, por declaração e por homologação. Assinale a alternativa correta.

- (A) O lançamento por homologação ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de declarar o seu débito.
- (B) O pagamento antecipado de tributo sujeito a lançamento por homologação extingue o crédito tributário sob condição suspensiva da ulterior homologação.
- (C) Como a extinção definitiva do crédito tributário só ocorre com a homologação expressa ou tácita nos casos de tributo sujeito a lançamento por homologação, o contribuinte, antes disso, não pode ser considerado em situação de regularidade fiscal para fins de obtenção de certidão positiva de débitos com efeitos de negativa.
- (D) No lançamento por declaração, o contribuinte só poderá retificar a declaração quando não vise a reduzir ou a excluir tributo.
- (E) A notificação do contribuinte é condição para que o lançamento de ofício tenha eficácia.

**35** - O CTN disciplina o lançamento de ofício mediante arbitramento. Assinale a alternativa correta.

- (A) O lançamento mediante arbitramento tem caráter punitivo, constituindo sanção aplicada ao contribuinte que descumpriu suas obrigações tributárias.
- (B) O lançamento mediante arbitramento não pode ser impugnado pelo sujeito passivo, porquanto não manteve contabilidade idônea.
- (C) O lançamento mediante arbitramento é viável sempre que o fisco entender que a capacidade instalada do contribuinte permitiria um faturamento superior ao efetivamente obtido, mesmo que a contabilidade e os documentos fiscais do contribuinte estejam revestidos das formalidades exigíveis e sejam idôneos, não havendo indícios de sonegação.
- (D) O lançamento mediante arbitramento é modo preferencial de constituição do crédito tributário, podendo ser realizado, observados os critérios estabelecidos pela legislação tributária, independentemente da prévia verificação da possibilidade de apuração da ocorrência efetiva do fato gerador e da base de cálculo real, invertendo o ônus da prova, de modo que caberá ao contribuinte impugnar eventual excesso.
- (E) O lançamento mediante arbitramento constitui método substitutivo, devendo ser realizado quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos e forem omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado.

**36** - Sobre a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) Suspende a exigibilidade do crédito tributário o oferecimento de garantia, seja depósito do montante integral ou caução de bens móveis ou imóveis desde que em valor superior ao débito.
- (B) As impugnações e os recursos suspensivos da exigibilidade do crédito tributário podem ser condicionados pela legislação tributária ao depósito de parcela do crédito ou ao arrolamento de bens.
- (C) As medidas liminares também têm o efeito de suspender a exigibilidade do crédito tributário quando concedidas em mandado de segurança, efeito este que não se reconhece às simples antecipações de tutela concedidas em ações ordinárias.
- (D) O depósito somente suspende a exigibilidade do crédito tributário se for integral e em dinheiro.
- (E) O efeito suspensivo da exigibilidade do crédito tributário pelo parcelamento já concedido ao contribuinte pode ser condicionado pela legislação tributária de cada ente político ao oferecimento de bens suficientes à garantia integral do crédito.

**37** - A isenção é causa de exclusão do crédito tributário. Assinale a alternativa correta.

- (A) Isenção e imunidade são expressões sinônimas, constituindo benefícios fiscais a serem concedidos e regulados pelo legislador ordinário.
- (B) Conforme o CTN, interpreta-se de maneira ampliativa a legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção concedida em face da ausência de capacidade contributiva.
- (C) A isenção tributária pode ser revogada por lei a qualquer tempo quando não tenha sido concedida de modo condicional e por prazo certo.
- (D) A isenção aplica-se aos tributos da espécie prevista na lei instituidora, ainda que instituídos posteriormente à sua concessão, desde que a lei não disponha expressamente em sentido contrário.
- (E) A lei pode atribuir à autoridade administrativa fiscal o estabelecimento das condições e dos requisitos para o gozo de isenção.

**38** - O CTN disciplina diversas modalidades de extinção do crédito tributário, bem como a repetição do indébito. Assinale a alternativa correta.

- (A) A extinção do crédito tributário pela compensação depende de lei que a preveja, não ocorrendo automaticamente com suporte direto e suficiente no CTN, mesmo que haja créditos e débitos recíprocos já vencidos entre o fisco e o contribuinte.
- (B) Quando a legislação tributária não fixar o prazo de vencimento do tributo, o vencimento ocorrerá no primeiro dia útil do mês subsequente à ocorrência do fato gerador tratando-se de tributo sujeito a lançamento por homologação, ou à notificação no caso de lançamento de ofício.
- (C) Nos tributos sujeitos a lançamento de ofício, o decurso de cinco anos desde a ocorrência do fato gerador sem que o Fisco tenha lavrado o auto de infração implica extinção do crédito tributário por decadência.
- (D) O prazo para cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos contados da lavratura do auto de infração ou notificação de lançamento.
- (E) A repetição do indébito tributário relativo a tributos sujeitos a lançamento por homologação, dá-se pelo decurso de cinco anos contados da homologação expressa ou tácita, totalizando, portanto, dez anos.

**39**- A fiscalização tributária tem diversas prerrogativas para bem desempenhar seu mister. Assinale a alternativa correta.

- (A) A fiscalização tributária pode ocorrer mediante lavratura de termos que documentem seu início e fim, ou mesmo de modo oral, informalmente, porquanto não está sujeita a forma especial, não sendo plena a vinculação da autoridade quanto aos procedimentos de lançamento e cobrança estabelecidos na legislação tributária.
- (B) É vedada pelo CTN a permuta de informações, bem como a assistência para a fiscalização dos tributos entre os fiscos federal, estadual e municipal.
- (C) O fisco pode divulgar informações relativas à situação econômica ou financeira do sujeito passivo de modo que terceiros possam denunciar incompatibilidades entre o que é do conhecimento do fisco e a real situação dos negócios ou atividades do contribuinte.
- (D) Estão sujeitos à fiscalização tributária quaisquer livros comerciais ou fiscais, limitado o exame aos pontos objeto da investigação.
- (E) Os livros e documentos comerciais e fiscais e os comprovantes de pagamento dos tributos devem ser mantidos à disposição do fisco por tempo indeterminado, até que seja dada ao contribuinte autorização específica para deles se desfazer.

**40**- O CTN disciplina a expedição de certidões negativas. Assinale a alternativa correta.

- (A) Dentre as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, a única que enseja ao contribuinte a obtenção de certidão positiva com efeitos de negativa é o depósito integral e em dinheiro do montante devido.
- (B) O prazo para a expedição de certidão negativa é de 30 dias da data da entrada do requerimento na repartição.
- (C) O ajuizamento de ação pelo contribuinte para anulação do lançamento tem como efeito o direito à expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.
- (D) Declarado, vencido e não pago o débito tributário pelo contribuinte, é legítima a recusa de expedição de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa.
- (E) O fisco só poderá negar a expedição de certidão negativa quando houver lançamento de ofício contra o contribuinte, devidamente notificado.

## LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

- 41-** Conforme a Lei Complementar Municipal nº 7/73, é fato gerador do imposto sobre serviços de qualquer natureza
- (A) a prestação, por empresa ou profissional autônomo com ou sem estabelecimento fixo no território do Município, de serviços não compreendidos na competência da União ou dos Estados.
  - (B) a prestação de serviços públicos de qualquer natureza, não compreendidos dentre os fatos geradores dos imposto sobre operações financeiras.
  - (C) a prestação de serviços, inclusive aquela incidente sobre operações financeiras.
  - (D) a prestação de serviços por pessoa jurídica, excetuada a que se inicie no exterior.
  - (E) a prestação de serviços delimitada na respectiva obrigação tributária acessória municipal.
- 42 -** O fato gerador das "Taxas de Licença para Execução de Obras, de Fiscalização de Serviços Diversos, de Fiscalização de Localização e Funcionamento e de Fiscalização de Anúncios", nos termos da Lei Complementar Municipal nº 7/73,
- (A) coincide, em termos legais, com o alvará expedido pela secretaria da fazenda.
  - (B) é a operação de prestação de serviços constante na lista de serviços da Lei Complementar Federal nº 116/2003.
  - (C) é a prestação de serviços públicos.
  - (D) não existe, pois fato gerador é típico dos impostos municipais.
  - (E) é o exercício do poder de polícia.
- 43 -** Para os fins do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, conforme a legislação municipal de Porto Alegre, a incidência depende
- (A) da existência de estabelecimento fixo.
  - (B) do resultado financeiro positivo obtido no exercício anterior.
  - (C) do contribuinte prestar serviços não compreendidos na competência da União ou dos Estados.
  - (D) da comprovação da inscrição no Cadastro Fiscal.
  - (E) do cumprimento das exigências legais, regulamentares e administrativas.
- 44 -** As pessoas físicas ou jurídicas que forem tomadoras de serviços prestados por empresas ou profissionais autônomos sujeitos à incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, nos termos da LC nº 007/73,
- (A) são consideradas contribuintes para todos os fins de direito.
  - (B) são solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto relativo aos serviços a elas prestados, se não exigirem dos mesmos a comprovação da respectiva inscrição no Cadastro Fiscal.
  - (C) são substitutos tributários quando tomadoras de serviços não listados expressamente nos anexos da legislação tributária municipal referente à incidência do ISSQN.
  - (D) respondem suplementarmente pelo pagamento do tributo, devendo o fisco adotar a inscrição do débito financeiro remanescente em dívida ativa.
  - (E) são considerados sujeitos ativos para fins de incidência do ISSQN.
- 45 -** Para os fins da legislação tributária do Município de Porto Alegre, especialmente em face do ISSQN, são consideradas sociedades uniprofissionais
- (A) aquelas adequadas ao regime do simples nacional, excluídas as que prestem serviço.
  - (B) aquelas que, em relação à execução de sua atividade-fim, tenham a participação de pessoa jurídica referente a sociedades de advogados e escritórios de contabilidade, ao mesmo tempo.
  - (C) aquelas instituídas por lei, mas que não tenham natureza jurídica fundacional.
  - (D) aquelas que não explorem atividade estranha à habilitação profissional de seus sócios.
  - (E) aquelas que, no exercício em curso, não hajam participado de licitação na modalidade de concorrência pública, até o limite de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) inclusive.
- 46 -** Em relação à inscrição na Secretaria Municipal da Fazenda, é correto afirmar que
- (A) ficam dispensadas da inscrição as pessoas físicas ou jurídicas que, com ou sem estabelecimento fixo, prestem serviços não compreendidos na competência da União ou dos Estados, desde que sejam imunes ou isentas.
  - (B) a inscrição será feita pelo contribuinte ou seu representante legal até 60 (sessenta) dias após o registro no órgão competente, no caso de pessoa jurídica e após o início da atividade, no caso de pessoa física.

- (C) a alteração de nome, firma, razão social ou denominação social, atividade, composição societária, bem como sua cessação, excetuada a localização, deverá ser formalizada perante a Secretaria Municipal da Fazenda, no prazo de sessenta dias, após o registro no órgão competente.
- (D) o contribuinte fica dispensado do pagamento mensal do ISSQN, uma vez que o fisco municipal depende, para lançamento do tributo, que o próprio contribuinte proceda ex-offício a inscrição na Secretaria Municipal da Fazenda.
- (E) a não inscrição do contribuinte no cadastro da Secretaria Municipal da Fazenda, para fins do ISSQN, acarreta o imediato cancelamento do alvará de localização concedido para prestação de serviços sujeitos a tributação municipal.

**47** - Conforme a legislação tributária municipal, em relação a fiscalização tributária, é incorreto afirmar que

- (A) a mesma será efetivada diretamente, pelo agente do fisco.
- (B) poderá ser efetivada, indiretamente, através dos elementos constantes do Cadastro Fiscal.
- (C) o agente fiscal terá acesso ao interior do estabelecimento e respectivo depósito, vedada a quaisquer outras dependências, exceto a unidade de tecnologia da informação digital, apesar de ser necessária sua verificação pessoal mediante presença física.
- (D) são de exibição obrigatória os elementos fiscais, livros, registros e talonários exigidos pelo fisco federal, estadual e municipal.
- (E) se o agente fiscal não encontrar os elementos legais de exibição obrigatória, ou se neles verificar fraude, fica o contribuinte sujeito ao devido arbitramento.

**48** - Nos termos da legislação tributária municipal, mediante intimação escrita, é incorreto afirmar que, em relação à obrigação de prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros,

- (A) são abrangidos os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício.
- (B) estão compreendidos os bancos e demais instituições financeiras.
- (C) ficam dispensados desta obrigação os inventariantes.
- (D) referida obrigação dispensa a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão do cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.
- (E) a obrigação de prestar referidas informações está expressamente prevista na legislação municipal.

**49** - Para os fins da legislação municipal, especialmente quanto aos efeitos da notificação dirigida ao contribuinte, é incorreto afirmar que

- (A) considera-se feita a notificação, quando pessoal, na data da assinatura do contribuinte ou responsável, seu representante, mandatário ou preposto, no instrumento respectivo, ou na data da assinatura do servidor na informação da recusa daquele.
- (B) a notificação, quando por edital, considera-se perfectibilizada na data de sua fixação ou na data da publicação do jornal.
- (C) quando a notificação for realizada por remessa postal, na data constante do Aviso de Recebimento e, na omissão deste, 5 (cinco) dias após a expedição.
- (D) a notificação, quando por edital, será efetivada mediante publicação uma única vez, em órgão de imprensa oficial local, ou em jornal de grande circulação ou afixado em dependência, franqueada ao público, do órgão encarregado da intimação.
- (E) a notificação sempre será lavrada pelo agente do fisco mediante um auto de infração.

**50** - Referentemente aos procedimentos aplicáveis às consultas, reclamações e recursos voluntários, nos termos da LC nº 007/73, fica facultado - ao contribuinte - encaminhar

- (A) recurso voluntário dirigido ao Conselho Municipal de Contribuintes, em sessenta dias da notificação da decisão denegatória da consulta.
- (B) reclamação acerca da notificação do lançamento ou da lavratura do auto de infração.
- (C) consulta sobre a interpretação da legislação tributária, a qual poderá ser promovida mesmo após o início da ação fiscal, conforme o princípio da ampla defesa.
- (D) consulta, a qual, uma vez respondida, em caso de verificação de incidência, não vincula o contribuinte, mas vincula o fisco, não sendo caso de encaminhamento à cobrança executiva.
- (E) consulta, a qual tão logo haja sido autuada e processada, deverá ser encaminhada, por cópia, à fiscalização, a fim de dar início à auditoria e expedição do auto de infração, como forma de evitar a prescrição tributária em relação à espécie consultada.

**51** - Nos termos da LC nº 007/73, é incorreto afirmar que há obrigação de ser efetuado o recurso de ofício, em caso de decisão favorável, nos pedidos formulados por contribuintes, excetuada a alçada de 500 UFM's a juízo da autoridade competente, referentes a

- (A) isenção.
- (B) reconhecimento de imunidade.
- (C) restituição de tributos e respectivos ônus.
- (D) cancelamentos de débitos e outros que envolvam a legislação tributária.
- (E) pedido de parcelamento.

**52** - Para os fins da legislação tributária do Município de Porto Alegre, referentemente ao ISSQN, é incorreto afirmar que se consideram isentos do pagamento

- (A) quaisquer empresas jornalísticas de rádio e de televisão, que exerçam suas atividades a pelo menos 10 anos no âmbito do município.
- (B) os profissionais liberais, nos 3 (três) primeiros anos de diplomado, a contar da data da colação de grau, desde que observado o regramento referente aos procedimentos aplicáveis a inscrição.
- (C) os profissionais autônomos que exerçam atividade profissional relacionada a corretores de imóveis, de seguros, de veículos, de títulos quaisquer, bem como os corretores oficiais.
- (D) as entidades esportivas, estudantis, culturais, recreativas, beneficentes, assistenciais, educacionais, sindicais e classistas, legalmente organizadas, nas promoções de espetáculos de diversões públicas e quando se tratar de competições esportivas, de destreza física ou intelectual, bailes, shows e festivais.
- (E) quaisquer cidadãos portadores de defeito físico que lhe determine a redução da capacidade normal para o exercício de atividade, desde que não tenham empregados e não tenham concluído curso superior em nível universitário.

**53** - No que concerne à Taxa de Coleta de Lixo (TCL), nos termos da LC nº 113/84, é incorreto afirmar que

- (A) a Taxa de Coleta de Lixo (TCL) tem como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, dos serviços de coleta, remoção, transporte e destinação final de lixo, domiciliar ou não, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- (B) é contribuinte da Taxa de Coleta de Lixo (TCL) o proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título, de imóvel beneficiado pelo respectivo serviço.
- (C) consideram-se beneficiados pelo serviço de coleta, remoção, transporte e destinação final de lixo, quaisquer imóveis edificados ou não, inscritos no Cadastro Imobiliário do Município de modo individualizado.
- (D) o pagamento regular da TCL exclui a possibilidade de cobrança executiva dos valores imputáveis à remoção de entulhos de obras, de bens móveis imprestáveis, de animais abandonados e/ou mortos, de veículos abandonados, de capina de terrenos e de disposição de lixo em aterros.
- (E) são isentos do pagamento da Taxa de Coleta de Lixo (TCL) os imóveis caracterizados como unidades autônomas, nas Vilas Populares, desde que seus ocupantes comprovem a condição de baixa renda.

**54** - Nos termos da LC nº 197/89, o imposto sobre a transmissão "inter-vivos", por ato oneroso de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos, não tem como fato gerador

- (A) a transmissão "inter-vivos", a qualquer título, por ato oneroso, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou acessão física, como definidos na lei civil.
- (B) a transmissão "inter-vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia.
- (C) a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos itens anteriores.
- (D) a transmissão de bens ou direitos, tais como herança, diferença de partilha ou doação.
- (E) todas as alternativas anteriores não são descrições de fatos geradores.

**55** - Para os fins da LC nº 197/89, especificamente quanto ao momento no qual considera-se ocorrido o fato gerador do ITBI, está incorreta a alternativa que afirma que

- (A) na adjudicação e na arrematação, na data de assinatura do respectivo auto.
- (B) na adjudicação sujeita à licitação e na adjudicação compulsória, na data em que transitar em julgado a sentença adjudicatória.
- (C) na dissolução da sociedade conjugal, relativamente ao que exceder à meação, na data em que transitar em julgado a sentença que homologar ou decidir a partilha.

- (D) na data da formalização do ato ou negócio jurídico de compra e venda, desde que não sujeito a financiamento habitacional.
- (E) na cessão de direitos hereditários, quando se formalizar nos autos do inventário, na data em que transitar em julgado a sentença homologatória do cálculo da partilha.

**56** - Para os fins da LC nº 306/93, especificamente quanto ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na condição de substitutos tributários, é incorreto afirmar que são responsáveis pelo pagamento

- (A) as companhias de aviação, pelo imposto incidente sobre as comissões pagas às agências e operadoras turísticas relativas às vendas de passagens aéreas.
- (B) os bancos e demais entidades financeiras, pelos impostos devidos sobre os serviços de guarda e vigilância, de conservação e limpeza e de transporte, coleta e remessa ou entrega de valores.
- (C) as empresas seguradoras, pelo imposto devido sobre as comissões das corretoras de seguros.
- (D) as operadoras turísticas, pelo imposto devido sobre as comissões pagas a seus agentes e intermediários.
- (E) as empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, exceto as de telefonia e distribuição de água.

**57** - Nos termos da LC nº 551/06, é incorreto afirmar que

- (A) a compensação do crédito tributário do Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana está autorizada desde que efetuada com o crédito de contribuinte municipal, líquido, certo e vencido, resultante de indenização por danos em seu bem imóvel localizado nos logradouros denominados “túneis verdes, decorrentes de quedas de arbustos.
- (B) considera-se crédito líquido, certo e vencido o dano reconhecido pelo Município e ocasionado pela vegetação contida nos logradouros denominados “túneis verdes”, ao bem imóvel de propriedade, posse ou domínio útil de contribuinte municipal.
- (C) a compensação somente será efetuada mediante requerimento do contribuinte que esteja acompanhado de prova da ocorrência do dano; bem como de prova da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel por natureza ou por acessão física, devidamente cadastrado no órgão público competente.
- (D) o crédito financeiro do contribuinte - a ser compensado com o crédito tributário do IPTU-, não poderá exceder ao montante do valor venal do imóvel inscrito no cadastro imobiliário.
- (E) a compensação referida na LC nº 551/06 é uma das formas de extinção do crédito tributário.

**58** - Nos termos da LC nº 534/05, compete ao Plenário do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários do Município de Porto Alegre – TART-

- (A) resolver os conflitos de entendimento sobre legislação tributária entre as Câmaras.
- (B) julgar o recurso especial interposto por contribuinte, quando a decisão da Câmara, de forma não-unânime, reformar a decisão recorrida.
- (C) processar a unificação da jurisprudência de suas Câmaras.
- (D) sumular a jurisprudência uniforme e deliberar sobre a alteração e o cancelamento de suas súmulas.
- (E) exercer atividade correicional sobre as decisões ao encargo do Secretário da Fazenda do município.

**59** - Em relação a Lei Complementar Federal nº 116/03, é incorreto afirmar que

- (A) o fato gerador do ISS é a prestação de serviços constantes da lista anexa ao texto normativo federal em vigor, mesmo que referidos serviços não se constituam como atividade preponderante do prestador.
- (B) o ISS incide sobre o serviço proveniente do exterior do País.
- (C) o ISS permite a progressividade de alíquotas.
- (D) o ISS incide sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.
- (E) a denominação dada ao serviço prestado não é condição para a incidência do ISS

**60** - Em relação ao ISS, é incorreto afirmar, conforme regra constante da LC nº 116/2003, que este imposto não incide sobre

- (A) as exportações de serviços para o exterior do País.
- (B) a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados.
- (C) o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.
- (D) a prestação de serviços de construção civil quando efetuados por empresas sujeitas ao regime da Lei Complementar Federal nº 123/06.
- (E) as exportações de serviços para o exterior do país, cujos serviços desenvolvidos no Brasil tenham seu resultado aqui verificado, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.

## **CONTABILIDADE**

*AS QUESTÕES DE Nº 61 ATÉ 63 TERÃO POR BASE AS SEGUINTE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em R\$ 1.000,00)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2009	2010	2011
<b>ATIVO</b>	<b>2.049</b>	<b>1.948</b>	<b>2.660</b>
ATIVO CIRCULANTE	1.494	1.140	1.537
Caixa e Equivalentes de Caixa	500	300	600
Contas a Receber de Clientes	696	505	507
Estoques	204	276	378
Outras contas a receber	94	59	52
ATIVO NÃO CIRCULANTE	555	808	1.123
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	40	218	248
INVESTIMENTOS	13	23	184
IMOBILIZADO	456	500	600
INTANGÍVEL	46	67	91
<b>PASSIVO</b>	<b>2.049</b>	<b>1.948</b>	<b>2.660</b>
CIRCULANTE	990	898	905
NÃO CIRCULANTE	281	129	600
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	778	921	1.155
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>			
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.343	2.727	3.106
CUSTO DAS VENDAS	1.112	1.210	1.339
LUCRO BRUTO	1.231	1.517	1.767
DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS	962	1.082	1.289
LUCRO OPERACIONAL	269	435	478
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	79	127	141
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	190	308	337

- 61-** Ao analisarmos a Imobilização dos Recursos não Correntes, pode-se afirmar que este índice
- (A) piorou na correlação 2010 com relação a 2009 e melhorou na correlação 2011 com 2010.
  - (B) melhorou na correlação 2010 com relação a 2009 e melhorou na correlação 2011 com 2010.
  - (C) piorou na correlação 2010 com relação a 2009 e piorou na correlação 2011 com 2010.
  - (D) melhorou na correlação 2010 com relação a 2009 e piorou na correlação 2011 com 2010.
  - (E) melhorou na correlação 2010 com 2009 e manteve-se estável na correlação 2011 com 2010.

- 62 -** Ao analisarmos a Remuneração dos Capitais Próprios, pode-se afirmar que este índice
- (A) melhorou na correlação 2010 com 2009 e piorou na correlação de 2011 com 2010.
  - (B) melhorou na correlação 2010 com relação a 2009 e melhorou na correlação 2011 com 2010.
  - (C) piorou na correlação 2010 com relação a 2009 e melhorou na correlação 2011 com 2010.
  - (D) piorou na correlação 2010 com relação a 2009 e piorou na correlação 2011 com 2010.
  - (E) melhorou na correlação 2010 com 2009 e manteve-se estável na correlação 2011 com 2010.

- 63 -** O Lucro Líquido do Exercício nos exercícios de 2010 e 2011, em relação à Análise Horizontal e Vertical, respectivamente teve
- (A) uma redução e um aumento.
  - (B) um aumento e uma redução.
  - (C) uma redução e uma redução.
  - (D) um aumento e um aumento.
  - (E) Não houve nem redução, nem aumento.

**64 -** A contabilidade de uma empresa apresenta os seguintes dados:

Veículos	100.000
Depreciação Acumulada	-70.000
Considerando as seguintes informações:	
Método de Depreciação	linear
Vida útil econômica	6 anos
Valor Residual	25.000

Considerando que existe um único veículo, o valor da despesa com depreciação no último período será

- (A) 5.000.
- (B) 12.500.
- (C) 16.667.
- (D) 11.667.
- (E) 25.000.

**65 -** Uma empresa, no encerramento do exercício de 2010, possuía as seguintes contas

Contas a Receber	135.000
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	4.050

No exercício social de 2011, a empresa recebeu das operações acima o valor de 128.300, sendo o restante considerado incobrável. Em decorrência somente desta operação a empresa no exercício de 2.011, obteve um prejuízo de

- (A) 3.050.
- (B) 6.700.
- (C) 4.050.
- (D) 3.650.
- (E) 2.650.

Os dados abaixo servirão de base para as questões 66 até 69.

<b>CONTAS</b>	<b>SALDO</b>
Alienação de Bônus de Subscrição	5.100
Caixa	1.200
Capital Social	130.000
Contas a Receber (Após o exercício seguinte)	75.000
Custo das Mercadorias Vendidas	180.000
Depósitos Bancários à vista	12.000
Despesas Administrativas	8.000
Despesas de Vendas	13.000
Duplicatas a Receber (no Exercício Seguinte)	120.000
Empréstimos a Pagar (após exercício seguinte)	7.000
Estoque de Mercadorias	10.000
Fornecedores (Vencimento Exercício Seguinte)	115.000
ICMS sobre Vendas	54.000
INSS a Recolher	1.000
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	110.000
Marcas e Patentes	5.000
Participações Permanentes em outras Sociedades	10.000
Perdas Estimadas para Redução ao Valor Realizável Líquido de Estoques	1.100
Perdas Estimadas por Redução ao Valor Recuperável de Imobilizado	2.000
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (AC)	2.000
Receita Bruta de Vendas e Serviços	320.000
Reserva Legal	10.000
Reserva para Contingências	4.000
Salários a Pagar	6.000
Vendas Canceladas e Devoluções	5.000
<b>SOMA</b>	<b>1.206.400</b>

Após o Levantamento do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado do Exercício, teremos:

**66** - O Ativo Circulante e o Ativo não Circulante atingem, respectivamente,

- (A) 143.300 e 133.000.
- (B) 198.000 e 143.300.
- (C) 140.100 e 198.000.
- (D) 143.300 e 140.100.
- (E) 133.000 e 159.000.

**67** - O Resultado Líquido do Exercício e o Ativo não Circulante Imobilizado atingem, respectivamente,

- (A) 110.000 e 256.000.
- (B) 81.000 e 110.000.
- (C) 108.000 e 261.000.
- (D) 110.000 e 261.000.
- (E) 60.000 e 108.000.

**68** - O Passivo Circulante e o Passivo não Circulante atingem, respectivamente,

- (A) 122.000 e 209.100.
- (B) 122.000 e 7.000.
- (C) 209.100 e 122.000.
- (D) 256.000 e 209.100.
- (E) 140.100 e 198.000.

**69** - A Receita Líquida de Vendas, o Resultado Operacional Bruto, e o Ativo atingem

- (A) 209.100, 81.000 e 209.100.
- (B) 256.000, 209.100 e 261.000.
- (C) 261.000, 256.000 e 338.100.
- (D) 261.000, 81.000 e 338.100.
- (E) 81.000, 256.000 e 343.200.

**70** - Na Demonstração dos Fluxos de Caixa existem transações de investimento e financiamento dentro da empresa que não geram efeitos na disponibilidade. Considere as seguintes:

- Dívidas convertidas em aumento de capital
- Aquisição de imobilizado via contrato de arrendamento mercantil
- Direito recebido por doação
- Tomada de empréstimo bancário para pagamento a longo prazo
- recebimentos resultantes da venda de imobilizado, intangível e de outros ativos não circulantes utilizados na produção

Considerando “F” para Falso e “V” para Verdadeiro e a partir da primeira transação, a sequência correta será

- (A) V, V, F, V, F.
- (B) F, F, F, V, V.
- (C) V, V, V, F, F.
- (D) F, F, V, V, F.
- (E) V, F, V, F, V.

**71** - O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos. Não se incluem neste limite somente as

- (A) para contingências.
- (B) de incentivos fiscais e de lucros a realizar.
- (C) de lucros a realizar.
- (D) para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar.
- (E) para contingências e de lucros a realizar.

**72** - Enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, serão classificadas como

- (A) prejuízos acumulados.
- (B) reservas para contingências.
- (C) reservas estatutárias.
- (D) reservas de lucros a realizar.
- (E) ajustes de avaliação patrimonial.

**73** - As aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo serão avaliadas pelo

- (A) seu valor justo, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda.
- (B) seu valor de mercado.
- (C) custo de aquisição.
- (D) valor de emissão.
- (E) valor presente.

**74** - As obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados

- (A) ao seu valor de emissão.
- (B) ao seu valor de mercado.
- (C) ao seu valor de oportunidade.
- (D) ao seu valor de aquisição.
- (E) ao seu valor presente.

**75** - O estatuto da companhia poderá estabelecer o dividendo como porcentagem do lucro ou do capital social, ou fixar outros critérios para determiná-lo, desde que

- (A) sejam regulados com precisão e minúcia.
- (B) não sujeitem o acionista minoritário ao arbítrio dos órgãos da administração ou da maioria.
- (C) tenham sua metodologia de cálculo definida em bases matemáticas.
- (D) não seja retirada da base de cálculo a reserva de lucros a realizar.
- (E) não seja retirada da base de cálculo a reserva para contingências.

**76** - A Assembleia Geral de Acionistas poderá definir a data de pagamento de dividendos, desde que não ultrapasse

- (A) 30 de abril.
- (B) 31 de maio.
- (C) 30 de junho.
- (D) 30 de setembro.
- (E) o exercício social.

**77** - A FOLHA DE PAGAMENTO DE UMA EMPRESA ESTÁ ASSIM COMPOSTA:

Salários	120.000
13º Salário	12.000
Desconto do INSS dos empregados	13.200
Encargos sociais sobre a folha	44.616

**77** - A contabilização da Folha acima implicará

- (A) um aumento do Passivo Circulante de 176.616 e uma Redução do Patrimônio Líquido de 176.616.
- (B) um aumento do Passivo Circulante de 189.616 e uma Redução do Patrimônio Líquido de 189.616.
- (C) um aumento do Passivo Circulante de 132.000 e uma Redução do Patrimônio Líquido de 132.000.
- (D) um aumento do Passivo Circulante de 176.616 e uma Redução do Patrimônio Líquido de 163.616.
- (E) um aumento do Passivo Circulante de 176.616 e uma Redução do Patrimônio Líquido de 189.616.

**78** - Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis. Esta definição, de acordo com os princípios de contabilidade do Custo como Valor Original, é caracterizada como custo

- (A) de oportunidade.
- (B) de fábrica.
- (C) corrente.
- (D) de aquisição.
- (E) de reposição.

**79** - O processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir íntegras e tempestivas refere-se ao princípio de contabilidade

- (A) da entidade.
- (B) da oportunidade.
- (C) do Registro pelo Valor Original.
- (D) da prudência.
- (E) da continuidade.

**80** - Quanto às formalidades da escrituração contábil, esta será executada

- ( ) em idioma e moeda corrente nacionais.
- ( ) em ordem cronológica de dia, mês e ano.
- ( ) em qualquer idioma, desde que os valores sejam em moeda corrente nacional.
- ( ) em forma contábil.
- ( ) em forma resumida, para evitar custos adicionais de controle.

- Considerando “F” para Falso e “V” para Verdadeiro, a sequência correta, a partir do primeiro, será
- (A) V, F, V, F, V.
  - (B) F, F, F, V, V.
  - (C) V, V, F, V, F.
  - (D) F, V, V, F, F.
  - (E) V, V, F, F, F.

## PROVA DE REDAÇÃO

### Redes sociais se tornam importantes ferramentas de protesto

O crescimento das redes sociais no Brasil é cada vez mais evidente e as mesmas se propagam de forma assustadora. Todas elas se tornaram grandes ferramentas – não só para os usuários fazerem amizades, mas também para reclamarem e protestarem contra situações que julgam errado. As redes sociais funcionam hoje em dia como uma espécie de “arma” na hora de reivindicar direitos, expor ideias ou simplesmente elogiar determinada ação.

Nesses sites, os usuários criam conteúdo e compartilham com sua rede de amigos. Os manifestos sociais acontecem da mesma forma: o usuário que não gostou de algo expõe sua indignação na rede e seu protesto é repassado para todos aqueles que compartilham o mesmo pensamento.

Para o analista de mídias sociais Vinícius Pinto, os internautas têm reclamado de uma forma que dificilmente fariam na “vida real”. “Eles têm um sentimento de que estão ‘blindados’ pela tela do computador, pensam que o que eles falam não vai ter impacto em sua vida *offline*”, observa o analista.

Com a facilidade das redes sociais na divulgação de um manifesto, os protestos vêm acontecendo de forma bem expressiva. Assim, diversas empresas estão agora monitorando o que é falado sobre elas nas redes. Bruna Schoch, analista de mídias sociais, lembra o caso da empresa Brastemp, em que um consumidor, insatisfeito com um produto, fez um vídeo reclamando da marca e compartilhou o mesmo na internet. “O vídeo teve um grande número de visualizações e fez com que a Brastemp tomasse as devidas providências, resolvendo o problema do consumidor”, conta.

Agora, as pessoas estão procurando cada vez mais a internet para realizarem campanhas nas redes sociais. Segundos analistas, o povo se manifesta contra coisas que acredita que terão boa repercussão. “O que importa é a atenção que vão dar ao assunto”, opina Vinícius Pinto. Ele cita dois exemplos de manifestações, uma positiva e outra negativa: o lançamento do site do São Paulo Futebol Clube, ficando em primeiro lugar nos Trending Topics (ranking dos assuntos mais frequentes) do Twitter, e a hashtag (símbolo utilizado para identificar o assunto) Cala Boca Galvão, dos usuários irritados com o narrador Galvão Bueno durante a Copa 2010.

Adaptado de: <http://vinciciuspinto.com/midias-sociais/redes-sociais-se-tornam-importantes-ferramentas-de-protesto/>. Acesso em: 20 abr. 2012.

**Escreva um texto dissertativo-argumentativo em que você manifeste seu ponto de vista a respeito da afirmação a seguir, extraída do texto “Redes sociais se tornam importantes ferramentas de protesto”. Utilize a língua portuguesa escrita culta padrão.**

*Para o analista de mídias sociais Vinícius Pinto, os internautas têm reclamado de uma forma que dificilmente fariam na “vida real”.*

**Extensão: entre 15 e 30 linhas.**

(As linhas seguintes são para rascunho. A redação deverá ser transcrita na folha própria, cuja identificação será destacada.)

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_
4. \_\_\_\_\_





